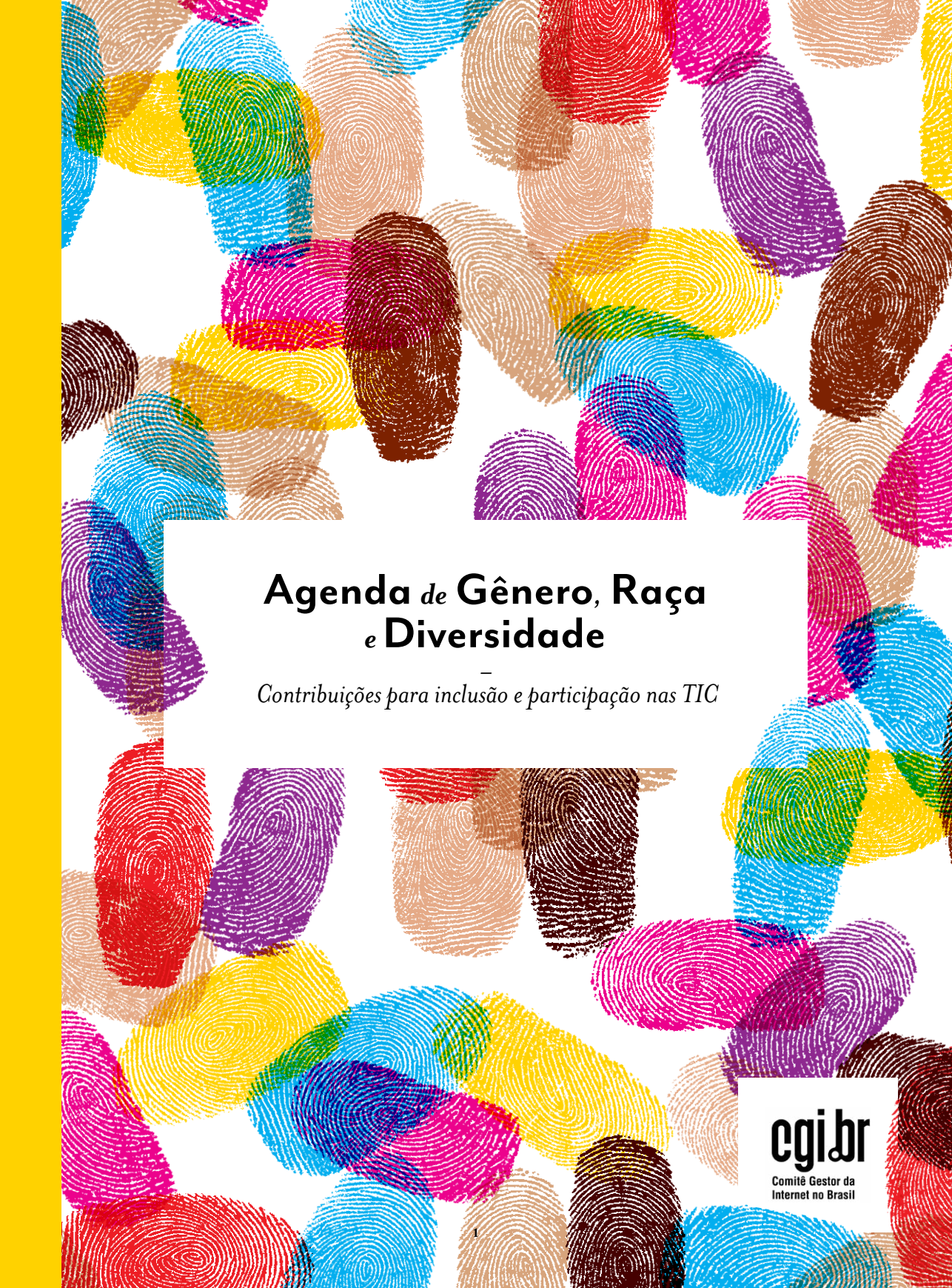


The background of the entire page is a dense, overlapping pattern of fingerprints in various colors including red, blue, yellow, green, purple, brown, and pink. The fingerprints are oriented in different directions, creating a textured, organic feel.

Agenda *de* Gênero, Raça e Diversidade

Contribuições para inclusão e participação nas TIC



Agenda *de* Gênero, Raça e Diversidade

Contribuições para inclusão e participação nas TIC

Coordenação editorial

CGI.br

Coordenação executiva

Grupo de Trabalho Diversidade e Gênero do CGI.br: *Beatriz Barbosa, Jackeline Conca, Laura Tresca, Mozart Tenório, Renata Mielli, Tanara Lauschner*

Equipe de metodologia

Jupira Cauhy

Equipe de relatoria

Larissa Matheus, Marina Nascimento, Gabriela D'amaral, e Mayara Miranda

Redação

Luiza A. F. Mesquita, Gabriela Nardy

Revisão

Marianna Ribeiro

Projeto Gráfico e Ilustrações

Pilar Velloso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agenda de gênero, raça e diversidade [livro eletrônico] : contribuições para inclusão e participação nas TIC. -- São Paulo, SP : Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2023.

PDF

Vários colaboradores.

ISBN 978-65-85417-19-8

1. Desigualdade 2. Equidade 3. Gênero e sexualidade 4. Governança da internet 5. Inclusão digital 6. Mulheres - Aspectos sociais 7. Tecnologia da informação e comunicação.

23-179653

CDD-004.678

Índices para catálogo sistemático:

1. Internet : Governança : Ciência da computação 004.678

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br)

Composição Maio de 2023

Integrantes

Representantes do Setor Governamental

Carlos Manuel Baigorri

Cláudio Furtado

Evaldo Ferreira Vilela

José Roberto de Moraes Rêgo Jr

Luiz Felipe Gondin Ramos

Maximiliano Salvadori Martinhão

Pedro Helena Pontual Machado

Renata Mielli

Rogério Souza Mascarenhas

Representantes do Setor Empresarial

Henrique Faulhaber

José Alexandre Novaes Bicalho

Nivaldo Cleto

Rosauro Leandro Baretta

Representantes do Terceiro Setor

Bia Barbosa

Domingos Sávio Mota

Laura Conde Tresca

Percival Henriques de Souza Neto

Representantes da Comunidade Científica e Tecnológica

Marcos Dantas Loureiro

Rafael de Almeida Evangelista

Tanara Lauschner

Representante de notório saber em assuntos de Internet

Demi Getschko

Coordenadora

Renata Mielli

Secretário Executivo

Hartmut Richard Glaser

Sumário

- 9 *Agradecimentos*
- 13 *Introdução*
- 17 *Capítulo 1: Agenda de gênero, raça e diversidade*
- 21 *Capítulo 2: Dez desafios e propostas*

Agradecimentos

Como se lerá ao longo deste documento, os desafios atuais aqui destacados, para a inserção de mulheres e sua diversidade nas TIC, se deu a partir do debate em oficinas multissetoriais, lideradas pelo Grupo de Trabalho Diversidade e Gênero do CGI.br, do qual faziam parte, à época, as Conselheiras Beatriz Barbosa (Terceiro Setor), Jackline Conca (Setor Governamental), Laura Tresca (Terceiro Setor), Tanara Lauschner (Comunidade Científica e Tecnológica).

O trabalho conduzido pela equipe de Assessoria às atividades do CGI.br para a realização de tais oficinas contou com o indispensável apoio de uma equipe dedicada à condução metodológica e relatoria de todos os encontros, da qual fizeram parte Jupira Cauhy, Larissa Matheus, Marina Nascimento, Gabriela D'amaral, e Mayara Miranda. A contribuição dessa equipe foi fundamental para a dinâmica estabelecida nas oficinas, e a posterior sistematização de todo o conteúdo gerado.

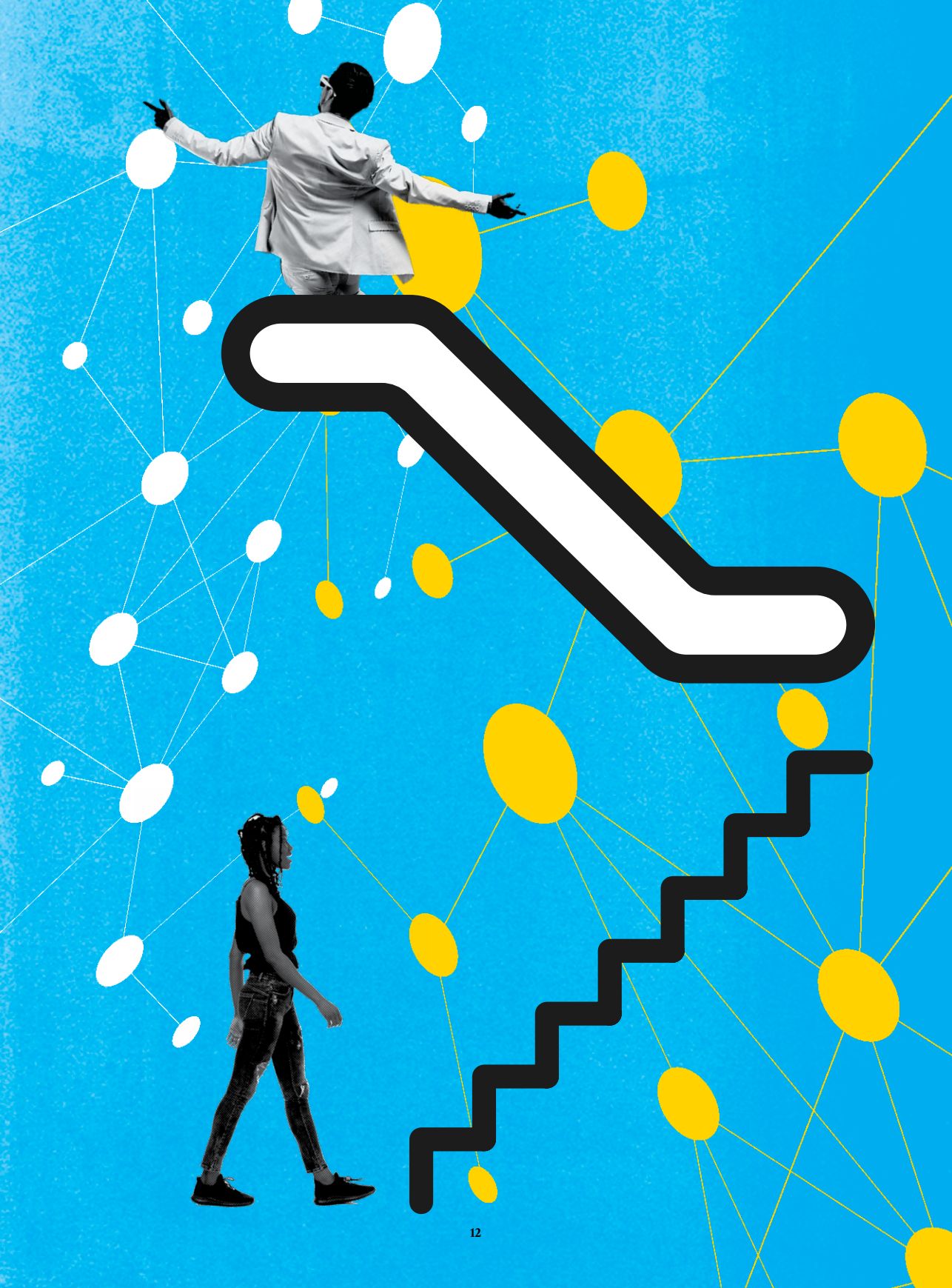
As oficinas contaram também com o ativo envolvimento de especialistas em diferentes áreas de atuação, que de forma voluntária se dedicaram a pensar coletivamente sobre barreiras e problemas que se encontram hoje para a plena participação de mulheres na área da tecnologia, considerando o crescimento dessas dificuldades à medida que incorrem as interseccionalidades contidas nesta parcela da população. O espaço de escuta e co-criação estabelecido para estes encontros, bem como a atenção de cada uma das participantes ao longo do processo, foi fundamental para os resultados encontrados.

Sem a contribuição direta dessas pessoas, não teria sido possível fazer o levantamento sobre os desafios presentes no campo, nem sua sistematização. Neste sentido, estendemos o agradecimento à participação das especialistas:

Alessandra Karine
Ana Caroline N. Gomes
Ana Cuentro
Ana Veneroso
Anna Beatriz Marques
Antônia Quintão
Barbara Santiago
Biamichelle Miranda

Bianca Kremer
Camilla Lobinha
Carolina de Oliveira
Cecília Setti
Clara Marinho
Danielle Costa
Debora Abdala
Debora Albu
Eliane Barros
Fabiola Nakamura
Fernanda Martins
Fernanda Rosa Machado
Gabriela Augusto
Gabriela Mora
Geisa Santos
Geovânia Machado
Graciela Natangohn
Janaina Silva
Joamila Brito
Juliana Cunha
Karina Correia
Figueiredo
Larissa Santiago
Leticia Ferreira
Lídia Guajajara
Livia Gouveia Gomes
Lúcia Bardi
Luciana Frigo
Marcia Soares
Marcela Timóteo
Mariah Rafaela Silva
Mariana de Siqueira
Masra Abreu

Natália Leão
Natália Lobo
Patricia Gouveia
Raquel Saraiva
Renata Carvalho
Renata Viegas
Roberta Fernandes
Rosi Teixeira
Silvana Bahia
Thais Folego
Thiane Neves
Wanessa Queiroz de Souza Oliveira
Yasmin Assis



Introdução



Mulheres, homens e pessoas não-binárias não experimentam os benefícios da sociedade do conhecimento de maneira igualitária, assim como não possuem oportunidades iguais para construí-la. Seja pela (in)disponibilidade de acesso, costumes e experiências de uso, desenvolvimento de protocolos e tecnologias muitas vezes enviesadas ou as desigualdades sociais de classe, de corpo, gênero, étnico-raciais e suas intersecções, reproduzem-se nas redes todos os dias.

Os dados aqui apresentados mostram de forma inequívoca o cenário de exclusão que tem sido construído em torno do e no ambiente digital. Só para citar alguns exemplos, temos uma menor participação de mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens (54,5% e 73,7%, respectivamente, de acordo com dados do último levantamento do IBGE¹). A diferença se amplia quando se trata de mulheres mães de crianças até 3 anos: 54,6% das mulheres com crianças até 3 anos estão no mercado de trabalho, enquanto, entre homens, este percentual é de 89,2%. As desigualdades salariais também persistem e, somadas ao tempo gasto no trabalho doméstico, desestimulam a participação de mulheres no mercado de trabalho.

Estas são só algumas das dificuldades que mulheres enfrentam para participar ativamente da sociedade mediada pelas novas tecnologias de estarem representadas em todos os espaços, conseguirem exercer seus direitos de forma plena e, principalmente, poderem se apropriar da tecnologia e dos benefícios que ela pode trazer à nossa vida cotidiana.

O relatório *Measuring ICT and Gender: An Assessment*, publicado em 2014 pela Organização das Nações Unidas e traduzido pelo NIC.br, traz importante justificativa da necessidade de se dedicar ao tema:



Os homens e as mulheres do mundo todo apresentam diferentes realidades, funções, posições e restrições. Muitas vezes, a situação dos homens é considerada a norma para homens e mulheres, ignorando-se as diferenças entre eles (...) As desigualdades afetam a capacidade das mulheres de se beneficiarem igualmente das oportunidades

1 https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

oferecidas pelas TIC² e de contribuírem totalmente na configuração do desenvolvimento da sociedade e da economia do conhecimento globais (...) . Muitos fóruns realçam o importante papel das TIC em todos os aspectos do desenvolvimento econômico e social. E, sem dúvida alguma, a participação integral de homens e mulheres no acesso às TIC e no seu uso aumentará o impacto positivo dessas tecnologias. Contudo, maximizar essa participação exige conhecimento das desigualdades de gênero existentes. (ONU, 2014, p.18).

As tecnologias digitais, e especificamente a Internet, são hoje o principal meio pelo qual desempenhamos nossas tarefas e acessamos serviços básicos como educação, saúde e trabalho, para citar apenas três. A falta de acesso à Internet, portanto, representa nada menos do que a impossibilidade de desempenharmos funções básicas enquanto cidadãos.

A Declaração de Princípios da *World Summit on the Information Society* (WSIS, 2003), em seu artigo 12, reconhece a importância da participação plena de mulheres na construção da Sociedade da Informação:



Afirmamos que o desenvolvimento das TIC oferece enormes oportunidades para as mulheres, que devem ser parte integrante e atrizes-chave da Sociedade da Informação. Estamos empenhados em garantir que a Sociedade da Informação possibilite o empoderamento das mulheres e sua plena participação com base na igualdade em todas as esferas da sociedade e em todos os processos de tomada de decisão. Para esse fim, devemos incorporar uma perspectiva de igualdade de gênero e usar as TIC como uma ferramenta para esse fim.

Como se vê, esse debate não é apenas nacional. Ele incorre, além disso, na perspectiva de crescimento econômico, bem-estar social e aumento da riqueza de todos os países. É o que mostra estudo realizado pela UNESCO, entre outros, que apontam para forte relação entre a redução da disparidade de gênero no mercado e o aumento do PIB dos países³.

Apontar onde estão essas diferenças e conhecer essas diversas realidades,

2 TIC é o acrônimo de tecnologia de informação e comunicação.

3 Algumas referências: <https://tiinside.com.br/23/03/2022/apoio-as-mulheres-na-tecnologia-um-caminho-para-diminuir-o-gap-de-genero-no-setor/>, <https://www.capterra.com.br/blog/1342/mulheres-na-tecnologia> e <https://exame.com/economia/como-a-desigualdade-de-genero-prejudica-a-economia/>

posições e restrições nos ajudarão a refletir sobre o desenvolvimento das TIC e de uma Internet mais igualitária e efetivamente universal.

Assumindo essa premissa como verdadeira, o Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, por meio de seu grupo de trabalho Gênero e Diversidade, realizou, ao longo do ano de 2022, um trabalho de investigação a fim de identificar os desafios que impedem a plena participação de mulheres em todas as suas diversidades, nas áreas relacionadas à Internet. E, compreender quais possíveis caminhos podem promover essa inserção e fazer com que todas as pessoas de fato usufruam da Internet.

O trabalho envolveu a realização de três oficinas multissetoriais nacionais, com a participação de mulheres de todas as regiões do país, de diferentes perspectivas e realidades. Além disso, também foi realizada, virtualmente, uma oficina internacional. Os encontros propiciaram uma série de debates sobre o papel de diferentes atores que podem contribuir para que tais desafios sejam superados. Trata-se de um trabalho que contou com contribuições de organizações da sociedade civil, setor empresarial, comunidade científica e tecnológica e agentes públicos. As contribuições foram analisadas pelo grupo de trabalho mencionado e deram origem ao presente documento.

O objetivo é que este material se torne uma inspiração para uma agenda de trabalho no tema, para o CGI.br e também demais instituições e atores que atuam no ecossistema da Governança da Internet interessados em construir uma Internet mais inclusiva e múltipla no país.

A iniciativa surge, ademais, apoiada nos Princípios para a Governança e uso da Internet no Brasil, resolução que foi construída pelo CGI.br e direciona suas ações para o bom uso e desenvolvimento da Internet no país, além de servir de base para a formulação de leis e outras diretrizes que versam sobre o uso da Internet e seus impactos na sociedade. A partir de valores como da universalidade, diversidade, liberdade, privacidade e direitos humanos, surge a agenda para a promoção da diversidade nas TIC.



Agenda de gênero, raça e diversidade

A construção de uma Agenda de Gênero, Raça e Diversidade para inclusão e participação nas TIC visa combater os obstáculos para a igualdade nas tecnologias e seus aprofundamentos e reconfigurações no ambiente digital. A iniciativa nasceu em novembro de 2021 sob a liderança de conselheiras do CGI.br⁴, por meio da criação do grupo de trabalho Gênero, Raça e Diversidade, que teve como intuito acompanhar de forma perene o debate sobre desigualdades de gênero e a participação de outros grupos sociais historicamente excluídos das TIC, apoiando-se em ações que contribuam para a redução dessas desigualdades e seus impactos na sociedade.

Os trabalhos propostos por este GT têm como objetivo (i) promover a conscientização sobre a importância da inclusão digital, apoiada na equidade e igualdade entre as diferentes parcelas da sociedade, e (ii) incentivar ações para a redução das desigualdades em áreas relacionadas à Internet e novas tecnologias de informação e comunicação, no que concerne ao uso, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias.

A iniciativa surge apoiada nos Princípios para a Governança e uso da Internet no Brasil, resolução que foi construída pelo CGI.br e direciona suas ações para o bom uso e desenvolvimento da Internet no país, além de servir de base para a formulação de leis e outras diretrizes que versam sobre o uso da Internet e seus impactos na sociedade. A partir de valores como universalidade, diversidade, liberdade, privacidade e defesa dos direitos humanos, surge a agenda para a promoção da diversidade nas TIC.

Além da criação de uma publicação seriada voltada para a investigação e conscientização sobre a importância e os desafios para participação nas TIC de mulheres, população afrodescendente, indígenas e demais grupos sociais vulnerabilizados, a iniciativa do CGI.br contou com a realização de oficinas multissetoriais, construídas a partir de uma metodologia própria para investigar diretrizes e propostas que contribuam para a promoção de um ambiente mais inclusivo e diverso nas TIC.

4 Em 2021, faziam parte do Conselho do CGI.br as conselheiras Beatriz Barbosa (Terceiro Setor), Jackline Conca (Setor Governamental), Laura Tresca (Terceiro Setor), Tanara Lauschner (Comunidade Científica e Tecnológica).

Oficinas Multissetoriais de promoção da diversidade nas TIC

Os desafios e as propostas de ação elencados neste documento surgem de uma consulta a especialistas de diversas áreas ligadas à tecnologia e aos movimentos em prol da diversidade. A consulta se deu a partir da realização de uma série de oficinas nacionais e internacionais, conduzidas a partir de metodologia criada para permitir a construção coletiva de diretrizes que contribuam para maior inclusão e diversidade nas TIC. Dessa forma, as oficinas tiveram como objetivos gerais:

- Possibilitar escuta qualificada, diálogo, troca e construção coletiva com as especialistas convidadas;
- Identificar os principais desafios existentes para a inserção de mulheres e grupos excluídos nas TIC e na Governança da Internet no Brasil;
- Elencar propostas de ações necessárias para o enfrentamento dos desafios identificados;
- Identificar como o CGI.br pode contribuir para a superação dos desafios levantados.

Com o intuito de facilitar a presença de pessoas de diferentes regiões do país, foram realizadas três oficinas, em São Paulo, Brasília e Recife. Todas foram multissetoriais, com a participação dos setores acadêmico, governamental, empresarial e terceiro setor. A oficina internacional foi realizada por meio de plataforma online. Ao todo, mais de 60 mulheres participaram ativamente deste processo.

Além da diversidade de setores e regiões, as oficinas buscaram contemplar uma diversidade de perspectivas e experiências das mulheres presentes. Para isso, foram convidadas mulheres cisgênero e transgênero, pessoas não-binárias, pessoas com deficiência (PcDs), mulheres representantes de comunidades indígenas, quilombolas, mulheres pretas e estudosas das mais diferentes vertentes de pensamento, a fim de trazer uma riqueza de olhar e de soluções para o desafio da participação e representatividade nas TIC e na Governança da Internet.

2.2 Metodologia

Em cada oficina debateu-se uma lista de desafios gerados a partir de um formulário online respondido pelas participantes antes dos respectivos encontros. Destes debates, um total de 13 desafios prioritários foram definidos, e posteriormente sistematizados em 10 grandes desafios, dada a aproximação e a similaridade entre eles. Posteriormente sistematizados em 10 grandes desafios, dada a aproximação e a similaridade entre eles. Para cada um dos 10

desafios foi apresentada uma lista de propostas de ação. Algumas delas foram direcionadas para o próprio CGI.br, identificado como um ator importante, aliado ao propósito de promover diversidade nas TIC. O quadro apresenta um resumo do resultado destes encontros:

DESAFIOS	SP	BSB	REC	TOT
COLETADOS POR FORMULÁRIO ONLINE	30	14	26	70
DEBATIDOS EM GRUPOS	15	8	20	43
PRIORIZADOS COLETIVAMENTE	5	3	5	13

Definidos os 13 desafios prioritários, as oficinas se debruçaram na construção coletiva de propostas de ação que vencessem cada um deles. Esse esforço possibilitou chegar a uma lista com 248 propostas de ação, posteriormente sistematizadas e sintetizadas a partir de critérios de duplicidade, complementariedade e relação com o tema das TIC.

A sintetização das propostas de ação permitiu identificar linhas de ação comuns, como “financiamento” e “regulação”, entre outros que serão apresentados no próximo tópico. Algumas delas encontram-se presentes em quase todos os desafios, como a questão da “educação e capacitação”.

Vale dizer que todos os desafios tratam da problemática da desigualdade considerando não apenas o recorte de identidade de gênero, mas suas interseccionalidades como questão de raça, classe, etnia, idade, deficiência, entre outros aspectos que afetam a participação de considerável parcela da população nas tecnologias e impedem a construção de um ambiente mais plural e inclusivo no setor.



Desafios e propostas

A seguir, serão apresentados os dez desafios finais, resultado da sintetização dos treze desafios prioritários definidos nas oficinas.

DESAFIO

1

Promover políticas com perspectiva de gênero, raça, etnia e demais interseccionalidades que fomentem equidade e diversidade

A população brasileira é majoritariamente feminina, alcançando a marca de 51,8%⁵. Entre esta parcela, 52,7% se declaram parda ou preta. É também esta parcela da população que encontra maior problema para inserção e participação no mercado de trabalho e está mais exposta aos problemas da desigualdade social que marca a sociedade brasileira.

De acordo com estudo divulgado pela FGV⁶, em 2022, a taxa de participação no mercado de trabalho da população masculina com 14 anos ou mais era de 72,1%, enquanto a de mulheres era de 52,7%. As diferenças salariais também expõem as desigualdades: enquanto homens tinham um rendimento médio mensal no valor de R\$ 3.614,00, mulheres brancas tinham rendimentos de R\$ 2.764,00 e as mulheres negras de apenas R\$ 1.720,00 por mês⁷.

Quando olhamos para o universo das tecnologias de informação e comunicação, ainda que mulheres e homens acessem a Internet em proporções semelhantes no Brasil (86% entre as mulheres e 85% entre os homens, de acordo com dados da TIC Domicílios 2022), as diferenças começam a ser sentidas na maneira como se apropriam das tecnologias e participam da sociedade da informação.

Homens são maioria na proporção de pessoas que realizam atividades de trabalho na Internet (41%), enquanto apenas 31% das mulheres desempenham essas mesmas atividades. No que se refere à realização de transações financeiras, 55%

5 Dados provenientes do Censo 2022. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

6 <https://portal.fgv.br/artigos/diferencas-genero-mercado-trabalho>

7 <https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>

dos homens afirmaram fazer tais atividades, contra 47% de mulheres. Entre as opções de lazer online: 45% dos homens dizem usar a Internet para jogar, contra 30% de mulheres, e 84% assistem vídeos, programas, filmes ou séries, percentual que corresponde a 77% entre as usuárias de Internet⁸.

As disparidades de uso são apenas o primeiro elemento de um cenário que denota a exclusão de parcelas da população de uma cadeia de valor das tecnologias, o que envolve, além do uso, seu desenho, produção e pesquisa. São ainda mais profundas quando se considera recortes de classe, raça, sexualidade, local de moradia, entre outras diferenças presentes no conjunto de uma sociedade.

Estudo internacional conduzido pela Universidade de Oxford⁹ mostra que a população feminina nas áreas rurais é a mais excluída do mundo digital, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Além disso, as populações mais vulneráveis são também as mais excluídas da Internet no Brasil. Não só pela falta de infraestrutura e recursos, mas também pela carência de iniciativas públicas e privadas adequadas que garantam as condições necessárias para sua participação no mundo digital.

No Brasil, de acordo com os dados da TIC Domicílios 2022, o principal dispositivo de acesso à Internet é o celular. Para as populações rural, indígena e das classes CDE, essa é muitas vezes a única forma de conexão. Na prática, isso significa um acesso de pior qualidade que limita “as experiências de conexão de uma parcela grande da população, que não consegue aproveitar oportunidades de trabalho, estudo, negócios e desenvolvimento de novas habilidades que a internet pode oferecer”¹⁰.

A inclusão de toda a população no ambiente digital, permitindo não apenas o acesso de qualidade à Internet, mas a apropriação tecnológica dele decorrente é prerrogativa para que o Brasil possa participar plenamente do processo de transformação digital.

A desigualdade neste campo é um obstáculo para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país, que nos desafiará nos próximos anos, principalmente no que diz respeito à infraestrutura e educação, temas caros à construção de uma agenda digital brasileira. De acordo com o estudo “O abismo digital no Brasil”,

8 <https://cetic.br/pt/TIC/domicilios/2022/individuos/>

9 O estudo foi realizado em 2022, em parceria com o BID e IICA. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/digital-exclusion-obstacle-hinders-rural-womens-work>

10 Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/O_Abismo_Digital.pdf



“(...) teremos grandes dificuldades de avançar no processo de digitalização enquanto o acesso à internet continuar a ser amplamente desigual, os equipamentos disponíveis não forem adequados para a formação digital e o sistema de educação básica continuar a formar um grande contingente de brasileiros incapazes de interpretar textos, sem conhecimentos suficientes de matemática e do idioma inglês”¹¹

É urgente que as políticas a serem desenhadas para o processo de participação do Brasil na sociedade digital sejam desenvolvidas considerando as particularidades da desigualdade social e seus prejuízos à parcela da população mais exposta a ela, a fim de atenuar ou dirimir os impactos de tais disparidades.

A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) e a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) são exemplos de duas políticas fundamentais brasileiras que não trazem, *a priori*, uma perspectiva de gênero, raça, etnia e suas interseccionalidades em seu desenho. A Lei nº 14.533 de 11 de janeiro de 2023 que institui a Política Nacional de Educação Digital, também é uma iniciativa de grande importância para a transformação digital que, embora priorize em seu texto populações mais vulneráveis, desconsidera suas especificidades. Sem uma devida análise sobre as vulnerabilidades sociais e econômicas das parcelas mais desfavorecidas e historicamente excluídas da população, e propostas de ação que atendam às necessidades específicas de tais grupos, essas políticas terão menor chance de trazer resultados efetivos para a promoção da inclusão digital e, principalmente, para beneficiar a sociedade brasileira e a inserção do país na economia digital.

Vale destacar, entretanto, que a atenção necessária a estes recortes de gênero, raça, etnia e suas interseccionalidades para o sucesso das propostas políticas relacionadas às TIC não são exclusivas às iniciativas públicas. Eles precisam ser considerados nas várias políticas desenvolvidas pelos diversos setores que não se atentam em criar incentivos eficazes para a participação, inclusão e representatividade de mulheres, negras e negros, população indígena, LGBTQIAPN+, PcDs, entre outros, no mundo digital.

Os debates nas oficinas também expuseram a lacuna de políticas privadas para a promoção de diversidade e equidade, seja no âmbito interno das

11 Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/preocupacoes-ceos/mais-temas/2022/O_Abismo_Digital.pdf

empresas, seja no papel que elas têm no desenvolvimento de uma sociedade mais plural. Não foram poucas as menções sobre a responsabilidade social das empresas e a necessidade de mais medidas de governança que impactem positivamente a sociedade e o contexto nacional em que atuam, a partir do respeito à diversidade local e aos princípios que valorizem tais diversidades. Uma pesquisa realizada pela empresa Aon e Ideafix¹² mostrou que a preocupação com relação à inclusão e à diversidade avançou no contexto pós-pandemia, com 39,7% das empresas afirmando que possuem políticas nesse sentido, mas o movimento ainda é tímido, sobretudo no que diz respeito ao setor de tecnologia.

Neste sentido, este primeiro desafio acaba por trazer um direcionamento geral a todo o debate que se trava no campo das TIC e suas desigualdades. Nenhuma proposta de ação para o combate à exclusão digital e ao aprofundamento das desigualdades será possível se não contiver perspectivas de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades. As propostas são direcionadas especificamente a este desafio, mas devem ser consideradas como prementes a qualquer debate que tenha compromisso com a promoção da diversidade nas suas múltiplas facetas.

Linhas de ação e propostas:

Educação e capacitação

1. Capacitar gestores e tomadores de decisão em igualdade de gênero, raça, classe, etnia, idade e perspectiva interseccional;
2. Promover capacitação e oficinas de conscientização que aprofundem o debate sobre a relação entre diversidade e tecnologia e seus impactos sociais;

Políticas públicas e responsabilidade social

3. Estimular que projetos de lei, planos e estratégias de desenvolvimento da agenda digital do setor público contenham análises de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, de modo a promover maior equidade e diversidade;
4. Estabelecer ações afirmativas em chamadas públicas e editais voltados para grupos específicos como quilombolas, indígenas, população LGBTQIAPN+, PcDs, entre outros, com foco na inclusão em eventos,

12 <https://www.aon.com/brasil/pesquisa-de-beneficios>

- vagas no poder público e demais iniciativas públicas e privadas;
5. Promover ações propositivas à construção de agendas de equidade, propondo iniciativas que motivem a adesão àqueles que a cumprirem, como oferta de recompensas;
 6. Estimular a divulgação de dados e relatórios de empresas de tecnologia - incluindo as grandes plataformas -, sobre participação no setor e uso das suas ferramentas, com perspectiva sobre gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 7. Estimular campanhas públicas e privadas que celebrem a diversidade, promovendo debate mais amplo sobre desigualdades sociais e que informem sobre impactos adversos ocasionados pela desigualdade baseada em gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades no setor de tecnologia;

Financiamento, investimento e incentivos fiscais

8. Implementar orçamento, em âmbito público e privado, destinado à promoção de projetos sensíveis a gênero, raça, etnia e demais interseccionalidades;
9. Fomentar a criação de tecnologias desenvolvidas nacionalmente, tendo como princípio padrões da agenda ESG¹³, e tendo como base a inclusão de mulheres, pessoas transgênero, pessoas não-binárias e outros grupos minorizados, como apoio às redes comunitárias, entre outros espaços locais para desenvolvimento tecnológico.

Participação social

10. Ampliar espaços de participação e controle social, por meio de iniciativas que fortaleçam organizações da sociedade civil que desenvolvam trabalhos relacionados à inclusão de mulheres, pessoas transgênero, considerando os recortes de raça, etnia, classe social e demais interseccionalidades;

13 ESG é o acrônimo em inglês para “Environmental, social, and corporate governance”, que poderia ser traduzido para “Governança ambiental, social e corporativa”.

Produzir dados com recorte de gênero, raça, etnia e demais interseccionalidades sobre presença e participação de pessoas no setor de tecnologia

A produção de dados sobre determinada questão é condição *sine qua non* para a análise, visibilidade, debate e tratamento - se assim for o caso -, de um determinado problema que se apresenta. Embora, como se viu anteriormente (vide desafio 1), em um primeiro momento mulheres e homens apresentem índices semelhantes no acesso à Internet, as disparidades começam a ficar visíveis conforme se aprofundam as variáveis de análise e seus recortes.

Tais desigualdades não são um fenômeno recente, mas sim reflexo de um longo histórico da formação social e cultural do país que colocou mulheres, sobretudo negras, em “uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”¹⁴. Esse tipo de análise só é possível, contudo, através de dados, pesquisas e estudos desenvolvidos por órgãos públicos e privados, que hoje ajudam não apenas a expor, mas a entender o cenário de “enormes desigualdades que se manifestam entre negros e brancos e homens e mulheres nos mais diferentes espaços da sociedade”¹⁵.

Num dos países mais desiguais do mundo, precisamos visibilizar este problema¹⁶. E são os dados que nos possibilitam revelar cenários, produzir informação e fazer análises que subsidiarão a ação pública e privada para lidar com determinada temática. Somente a partir deste tipo de evidência torna-se possível a construção de políticas que garantam à população o acesso a seus direitos, a espaços de participação e ao exercício de sua cidadania.

14 CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: Revista Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre 2002, p.210

15 <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>

16 O índice de Gini, medida usada internacionalmente para analisar a concentração de renda de países, mostra o que o grau de desigualdade no Brasil chega a quase 50%, e pode ser visto aqui: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>. Mas há uma série de outras referências sobre o tema que colocam um cenário desigual e de exclusão no Brasil: <https://www.oxfam.org/en/brazil-extreme-inequality-numbers>; <https://edicaodobrasil.com.br/2021/07/09/brasil-e-o-no-no-pais-com-mais-desigualdade-social-no-mundo/>; <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85621.shtml>

No caso do setor de tecnologia, as desigualdades partem do acesso à representatividade nos espaços de trabalho, passando por discrepâncias salariais, assédios e outras questões que desencorajam as mulheres, desde a infância, a seguirem carreiras na área de ciências¹⁷. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2020) revelam que 79% das mulheres que iniciam cursos da área de informática acabam abandonando o ensino superior, evasão que pode ser explicada pela discriminação que sofrem no ambiente universitário. Além disso, ao ingressarem no mercado de trabalho, os assédios e as desigualdades a que estão expostas tendem a aumentar ainda mais.

Mulheres transgênero são ainda mais sub-representadas nestes espaços. De acordo com levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (Gema), com sede na UERJ, apenas 0,3% da população trans chega às universidades federais do país. Para esta parcela, o auxílio estudantil é um dos principais fatores que permite a permanência à universidade¹⁸. Contudo, essa e outras formas de políticas só são possíveis a partir da produção de dados que fundamentem os problemas existentes e permitam o direcionamento de ações que os suplantem.

A produção de informação baseada em dados quantitativos ou qualitativos é fundamental para entender a complexidade dessas desigualdades e as várias camadas de opressão que se sobrepõem, que perpassam estereótipos sociais e de gênero. No campo da tecnologia e da Internet, o círculo é vicioso. Questões socioculturais, políticas e econômicas impactam nas escolhas envolvidas por se cursar ou não a área de ciência e tecnologia. Delas, decorrem desigualdades no mercado que levam à sua reprodução no desenvolvimento da tecnologia, refletindo no aprofundamento da exclusão social. O conhecimento granular é indispensável para a quebra deste padrão.

Somente o compromisso contínuo com a produção de dados que contenham recortes de gênero, raça, etnia e suas interseccionalidades permite entender e contribuir para que tais desigualdades não sejam reproduzidas no ambiente digital e, consequentemente, na sociedade.

17 <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32218/1/internet-e-feminismos-REPO.pdf>

18 <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/>

Para citar um exemplo, a iniciativa Pretalab¹⁹ publicou o estudo Quem Coda²⁰ sobre o perfil desse setor no Brasil, identificando que a mão de obra responsável pela produção de tecnologia no país se concentra na região Sudeste, principalmente nas capitais do país, predominando a mão de obra masculina (68%), jovem (77% de 18 a 34 anos) e branca (58,3%). Mulheres negras representam um terço dos profissionais de tecnologia e inovação. Esta é a força de trabalho envolvida no desenvolvimento de tecnologia e inovação em setores, por exemplo, como o da inteligência artificial, que tem alto potencial para aprofundar desigualdades e exclusões.

Sistemas inteligentes são produtos da ação humana²¹, treinados com bancos de dados construídos por pessoas ou grupos à frente do desenvolvimento tecnológico, dentro de um contexto social e que, portanto, podem reproduzir uma concepção de mundo concernente aos grupos que os produzem²². Não à toa, casos de discriminação e racismo algorítmico são frequentes. Ainda em 2009, por exemplo, o recurso de visão computacional da HP não conseguiu identificar o rosto de uma pessoa negra²³; mais recentemente, o sistema de etiquetagem de fotos do Google reconheceu rostos de pessoas negras como gorilas²⁴. Estudo da Rede de Observatórios de Segurança²⁵ revelou um possível viés racial no sistema de reconhecimento facial utilizado na área de segurança pública no país, resultando em um aumento significativo de jovens negros encarcerados.

Estes são exemplos de questões que podem ser melhor analisadas e abordadas com o apoio de dados capazes de revelar as nuances dessas desigualdades, suas causas e efeitos. Os dados são o primeiro passo para dar visibilidade a um

-
- 19 A PretaLab, iniciativa do Olabi - organização social que trabalha para trazer diversidade para a tecnologia e inovação, é uma plataforma que conecta mulheres negras que atuam ou gostariam de atuar com tecnologia, por meio dos nossos ciclos formativos, rede de profissionais, mercado de trabalho, consultorias e estudos.
- 20 Disponível em <https://www.pretalab.com/report-quem-coda>
- 21 <https://www.ufrgs.br/humanista/2020/11/17/racismo-algoritmico-quando-o-pre-conceito-chega-pela-internet/>
- 22 <https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/como-os-algoritmos-espalham-racismo/#end-card>
- 23 <https://www.geledes.org.br/racismo-nos-computadores-da-hp/>
- 24 <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744/774>
- 25 Relatório Retratos da Violência. Disponível em <http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2019/11/relatoriorede.pdf>

problema social. Sem dados que exponham tais discrepâncias, dificilmente uma ação conseguirá efetivamente atacar o problema. O Brasil conta com instituições fundamentais para a produção de informações sobre TIC, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). No entanto, precisamos não apenas de um número maior de iniciativas que atuem na produção de dados, mas também que as já existentes se debrucem de maneira mais intensiva sobre o tema e conduzam pesquisas considerando as diversidades da sociedade brasileira.

Este deve ser um esforço também de empresas de tecnologia, no sentido de trazer um olhar mais específico e detalhado para as questões de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, a partir de métricas e indicadores que apontem como o uso e a participação na tecnologia afeta de forma diferente as diversas parcelas da população, fundamentando e qualificando as discrepâncias existentes.

Desta maneira, são apontadas as seguintes possibilidades para enfrentar o desafio de produzir dados sobre participação no setor de tecnologia com recorte de gênero, raça e etnia:

Linhas de ação e propostas:

Educação e capacitação

1. Treinar e formar atores de diversos setores envolvidos na realização de pesquisas na qualificação de investigações com perspectivas de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Produção de dados e transparência

2. Considerar a avaliação e o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, a partir de dados desagregados, em políticas públicas a fim de fomentar igualdade e diversidade nas ações a serem implementadas;
3. Gerar estatísticas de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades sobre acesso e uso da Internet nas pesquisas oficiais conduzidas pelo setor público e privado;
4. Destinar recursos a institutos de pesquisas para a elaboração de pesquisas e investigações voltadas, especificamente, a territórios indígenas e quilombolas no que concerne ao uso de tecnologias e participação no ambiente e produção digital;

5. Criar metodologias de monitoramento e acompanhar a participação das mulheres e pessoas transgênero na economia digital, considerando também os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
6. Estabelecer critérios de diversidade com recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, em projetos de interesse público para acesso à Internet.
7. Estimular a produção de dados e indicadores de de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades nos espaços de governança da Internet;

Acesso, disponibilização e divulgação

8. Investir recursos para a qualidade e ampliação do acesso a dados produzidos pelo poder público com recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, respeitando o previsto na Lei de Acesso à Informação;
9. Disponibilizar dados padronizados sobre gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, seguindo boas práticas em formato aberto;
10. Criar padrões e guias para a terminologia, formato e armazenamento de dados relacionados ao uso das TIC que abordem o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades.
11. Investir recursos que ampliem divulgação de resultados de pesquisas e dados sobre a participação de grupos específicos no setor de tecnologia, contendo necessariamente recortes como de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Responsabilidade social

12. Criar bancos de referência sobre boas práticas na promoção e participação da sociedade no setor de TIC, com recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
13. Mapear iniciativas de criação de tecnologias sociais com foco na produção de dados sobre gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, criando um repositório para a divulgação e disseminação.

Ações para o Cgi.Br

14. Ampliar as pesquisas coordenadas pelo NIC.br, incluindo dados sobre de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, criando diretrizes para coleta e transparência destes dados;
15. Investir na análise interseccional dos dados já produzidos pelo NIC.br e na sua divulgação e comunicação, pensando formatos alternativos de divulgação, como áudio, mensageria, rádio, vídeo, entre outros.
16. Criar editais para fomento de iniciativas que produzam indicadores sobre de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades nas TIC;

DESAFIO 3

Desenvolver políticas públicas e privadas de acesso e uso da Internet com foco em gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, que promovam a diversidade e a equidade

A presença e a participação das mulheres no ambiente digital e no próprio setor de tecnologia estão também relacionadas às condições de acesso à Internet dadas a elas. Sem um acesso de qualidade, não é possível que a sociedade se aproprie da tecnologia e se beneficie de forma adequada das oportunidades trazidas com a Internet.

No Brasil, as condições do acesso à rede estão ligadas a questões de infraestrutura e renda da população. Enquanto 95% dos domicílios com mais de 3 salários mínimos têm acesso à Internet, este percentual cai para 69% entre os domicílios com até 1 salário mínimo²⁶. Nas áreas urbana e rural, o percentual é de 83% e 71% respectivamente. Faltam políticas públicas que invistam na diminuição desta lacuna, principalmente quando se olha para a questão do acesso não apenas a partir da ótica da conectividade, mas da significância deste acesso.

Quando se observa, por exemplo, o dispositivo empregado, 78% dos usuários de Internet na área rural acessam apenas pelo telefone celular, contra 59% da população urbana. Na população indígena, as parcelas que dependem

26 <https://cetic.br/pt/TIC/domicilios/2022/individuos/C16A/>

apenas do celular para acessar a Internet são em proporção maior (64%) que em relação à população branca (54%)²⁷. Estes dados levantam a necessidade de aprofundamento do debate sobre a universalização do acesso à Internet.

A partir dos anos 2000, por mais de dez anos, o Brasil incentivou a criação de políticas públicas de conexão à Internet em espaços coletivos, como os telecentros, como a principal estratégia para lidar com o problema da falta de conectividade nas periferias e, em menor proporção, em áreas rurais. Exemplo disso foi o Programa Rede Jovem, criado pelo governo federal em 2000 e voltado para a construção de telecentros. Em 2002, o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) passou a fornecer acesso à Internet para escolas, telecentros e órgãos públicos (TCU, 2015, p.26). Já em 2009, deu-se início ao Programa Telecentros (TCU, 2015, p.27), última iniciativa de grande porte voltada para o fomento de espaços coletivos de conectividade²⁸.

Governos locais também apostaram nesse modelo. São Paulo, por exemplo, inaugurou em 2001 as primeiras unidades de telecentros, expandindo, mais tarde, para o programa Acessa São Paulo. Os centros públicos de acesso sempre se mostraram relevantes para o acesso à Internet, conforme apontam dados do CETIC²⁹. Em 2018, representavam ainda 17% dos locais de acesso à rede.

Aos poucos, porém, os espaços coletivos foram perdendo protagonismo como uma solução para este problema, e iniciativas que poderiam transformar estes locais a partir de políticas capazes de garantir autonomia e apropriação no uso da tecnologia foram abandonadas.

Atualmente, analisar o acesso à Internet a partir, simplesmente, da conectividade não é mais uma estratégia viável para a inclusão digital. Neste sentido, organizações como a Alliance for Affordable Internet³⁰ (2020) tem defendido o conceito de acesso significativo, que deve considerar aspectos como velocidade

27 <https://cetic.br/pt/TIC/domicilios/2022/individuos/C16A/>

28 https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20220905125048/estudos_setoriais_re-des_comunitarias_de_internet_no_brasil.pdf

29 Indicadores da pesquisa TIC Domicílios, que levanta o local de acesso à Internet da população usuária da Internet, demonstram a incidência de locais públicos de acesso, e como foram perdendo relevância ao longo dos anos. Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>

30 Disponível em <https://a4ai.org/news/what-is-meaningful-internet-access-conceptualising-a-holistic-ict4d-policy-framework/>

da conexão, dispositivo adequado, pacote de dados suficiente e uso regular (diário). Além disso, devem ser consideradas questões de preço e a existência de um ambiente social favorável para o uso da Internet. Só a partir da consideração desses critérios em conjunto, as pessoas “terão uma conexão de Internet de qualidade suficiente que a possibilite usá-la em um ambiente social em que poderá aplicar toda a sua agência na forma como a Internet afeta sua vida”³¹.

Estudo de 2022³² traz dados sobre o cenário do acesso à Internet no país, expondo que 57% dos planos de telefonia móvel são pré-pagos. Na prática, isso significa um acesso significativamente mais precário, com dificuldades para atividades como baixar filmes e uso de salas de reunião on-line.

Falar em políticas de acesso hoje, portanto, envolve pensar a universalização para além da questão de infraestrutura de conexão que é central no debate, mas não a única. Será igualmente preponderante para o debate considerar a desigualdade no Brasil, que se reflete no ambiente on-line justamente afetando os grupos mais vulnerabilizados, que são mais expostos a riscos como violação de seus dados pessoais, discursos de ódio, práticas de desinformação, entre outros problemas do mundo digital.

Neste contexto, as diferentes realidades das mulheres devem ser consideradas em propostas que se voltem para sua autonomia e agência no acesso à Internet. As políticas de acesso devem ser pensadas para além de um elemento assistencialista e precisam visar o ambiente social em que este acesso se dará. Possibilidades de envolvimento e engajamento da comunidade são cruciais.

Dessa maneira, são apontadas as seguintes possibilidades para enfrentar o desafio de desenvolver políticas públicas e privadas de acesso e uso da Internet que promovam a diversidade e a equidade:

Linhas de ação e propostas:

Educação e capacitação

1. Construir um plano nacional para capacitação com recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades para as escolas públicas, focando no acesso e no letramento;

31 <https://a4ai.org/news/what-is-meaningful-internet-access-conceptualising-a-holistic-ict4d-policy-framework/>

32 https://teletime.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Abismo_Digital_PwC_Locomotiva_2022.pdf

2. Incentivar ações e políticas de letramento e educação digital que visem o combate às desigualdades de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades e promovam a cidadania digital para todos, buscando incluí-las no currículo escolar;
3. Capacitar e preparar mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, atendendo à necessidade de representatividade em iniciativas de formação para apropriação das tecnologias digitais;

Comunicação

4. Promover campanhas de comunicação a fim de gerar conscientização e engajamento de servidores públicos sobre a pauta de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
5. Elaborar e divulgar cartilhas de iniciativas e boas práticas digitais que promovam a inclusão de mulheres nas mídias, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Políticas públicas e responsabilidade social

6. Estabelecer referenciais de controle de políticas públicas de acesso com perspectiva de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
7. Criar iniciativas de leis municipais que fomentem a implementação de pontos de acesso gratuito à Internet em espaços públicos e comunitários;
8. Oferecer às famílias que recebem auxílio social acesso à Internet via satélite e demais equipamentos que permitam a conectividade em territórios sem infraestrutura;
9. Fomentar a implementação de alternativas de acesso, como infraestruturas de Internet e redes comunitárias voltadas à participação de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Financiamento, investimento e incentivos fiscais

10. Investir na qualidade do acesso à Internet de mulheres, pessoas transgênero e PCDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, sobretudo no que diz respeito a equipamentos e conexão banda larga;

11. Criar fundo para aquisição e doação de equipamentos de acesso à Internet para escolas públicas e residências de grupos vulnerabilizados, a partir de políticas de doações de impostos;
12. Promover políticas públicas e linhas de financiamento para promoção da inclusão e do acesso à Internet para mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, por meio de bolsas e auxílios financeiros;
13. Fomentar subsídios governamentais e/ou públicos para venda de equipamentos de acesso à Internet a pessoas de baixa renda, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Ações para o CGI.Br

14. Oferecer cursos de formação em redes de computadores voltados especificamente a mulheres, pessoas transgênero e PCDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, buscando fomentar a criação de infraestrutura de Internet.

DESAFIO **4**

Capacitar meninas e mulheres em TIC, considerando-se as perspectivas interseccionais

As propostas para este desafio foram discutidas no sentido de buscar promover a autonomia e protagonismo das mulheres não apenas no uso das TIC, mas principalmente em seus processos de pesquisa, desenvolvimento e produção.

Em 2016, um estudo do Fórum Econômico Mundial predizia que “65% das crianças que entravam na escola primária hoje acabariam trabalhando em tipos de trabalho completamente novos que ainda nem existiam”³³. Em 2020, o mesmo estudo afirmava que estas mudanças tinham sido aceleradas e aprofundadas pelas consequências da pandemia da COVID-19 e que até 2025, “85 milhões de postos de trabalho podem ser extintos por uma mudança na divisão de trabalho entre humanos e máquinas, enquanto 97 milhões de novos papéis

33 https://www3.weforum.org/docs/WEF_FOJ_Executive_Summary_Jobs.pdf

podem surgir, mais alinhados à nova divisão do trabalho entre humanos, máquinas e algoritmos”³⁴.

A lacuna entre as habilidades necessárias para atuar nessa nova sociedade e a oferta de educação e capacitação são ainda grandes. As instituições de ensino nem mesmo estão preparadas para esta mudança que requer pessoas preparadas para desempenhar suas funções com pensamento crítico e analítico, e aptas a desenvolver habilidades tais como resolução de problemas e autogestão, com aprendizado ativo, resiliência, tolerância ao estresse e flexibilidade³⁵. É inegável a importância de iniciativas de educação em TIC capazes de preparar jovens e adultos a atuarem num mercado completamente novo. Mas é preciso ir além ao debate da educação e capacitação voltado para a força de trabalho, dado o papel das tecnologias digitais para o desempenho de grande parte das nossas atividades diárias. É preciso colocar a tecnologia como conteúdo de ensino fundamental para o desenvolvimento social e humano da sociedade. E o sucesso destas iniciativas depende da capacidade de envolver a sociedade no próprio processo educacional, entendendo linguagens próprias de grupos diversos no processo de apropriação da tecnologia.

Como se viu nos desafios anteriores, a presença de mulheres no setor de TIC é significativamente menor do que a de homens. De acordo com dados do Censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, os únicos setores em que as mulheres têm maior participação do que homens são o de “Educação, saúde e serviços sociais” (17,6% contra 3,9%), e “Serviços domésticos” (14,7% contra 0,9%). As carreiras no país também são marcadas por desigualdades de gênero ao se observar o baixo número de mulheres contratadas nas áreas de ciências, principalmente em medicina, engenharia e tecnologia. Este é um problema que se inicia muito anteriormente à entrada no mercado de trabalho e requer uma análise mais ampla sobre a capilaridade e o acesso à educação e à capacitação para as diferentes parcelas da população.

Os números do Censo da Educação Superior 2020 expõem a desigualdade ao revelar uma taxa de conclusão nos cursos de Computação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Engenharia, Produção e Construção signifi-

34 https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf

35 Relatório do Fórum Econômico Mundial apontam estas e novas habilidades necessárias para o mercado de trabalho. Disponível em https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf

vamente maior entre os homens (86,4% e 62,7%, respectivamente), enquanto nos cursos de Educação (75,6%), Saúde e bem-estar (73,8%) e Ciências Sociais, Comunicação e Informação (72,3%) as mulheres são as que obtêm maior taxa de conclusão³⁶. Considerando a população brasileira em 2020, apenas 10,7% das mulheres brasileiras na universidade estão matriculadas em programas STEM³⁷ contra 28,6% dos homens.

Mais do que capacitar, é necessário inspirar meninas e mulheres para a tecnologia, colocando-as como parte central no processo de aprendizagem, seja a partir da construção de espaços seguros e acolhedores, da promoção das perspectivas de gênero interseccional nas tecnologias ou pelo estímulo ao desenvolvimento de habilidades desde a infância. O debate transpassa desafios pedagógicos. Trata-se também de um processo político e cultural, no qual esforços vão além dos limites de escolas e instituições de ensino e requerem a participação da sociedade para eliminar estereótipos de gênero nas escolhas pessoais e profissionais.

Desta maneira, são apontadas as seguintes possibilidades para enfrentar o desafio de capacitar meninas e mulheres em TIC, considerada as perspectivas de gênero, raça, classe, etnia, idade e suas interseccionalidades.

Linhas de ação e propostas:

Educação

1. Investir na educação em TIC desde o ensino fundamental, inserindo o ensino tecnológico que contemple a perspectiva de Direitos Humanos, o que compreende entender a importância dessa formação para o desenvolvimento da cidadania, considerando:
 - a) a diluição de fronteiras entre o ambiente on-line e off-line na vida de crianças e jovens;
 - b) a conscientização sobre segurança digital e riscos no uso da Internet;
 - c) os impactos da desigualdade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, e sua reprodução no ambiente online;

36 https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

37 STEM é um acrônimo em língua inglesa para “science, technology, engineering and mathematics”, que pode ser traduzido em português como “ciência, tecnologia, engenharia e matemática”.

- a necessidade de reformulação das grades curriculares, buscando incorporar conteúdos que priorizem a formação para o uso social das TIC e o debate da cidadania digital e diversidade.
2. Incluir qualificação em TIC nas políticas públicas de educação já existentes, voltando-se exclusivamente para mulheres, considerados os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 3. Promover políticas públicas de educação com foco em TIC direcionadas para mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 4. Promover eventos, feiras, maratonas de programação, entre outras atividades extracurriculares no ensino público e privado, que proporcionem a inclusão de crianças e adolescentes no ambiente tecnológico, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 5. Desenvolver formação e ações de engajamento para mentores que contribuam com a educação técnica direta em escolas e centros, incluindo o debate sobre diversidade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 6. Promover parcerias com universidades e institutos de ensino técnico voltadas para a inclusão de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Capacitação

7. Estabelecer metodologias sensíveis a gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, com foco em direitos humanos, no processo de desenvolvimento de programas de capacitação - como mentorias, programas de empresas e outros -, que atendam e priorizem as particularidades de cada grupo;
8. Fomentar e ampliar programas de capacitação em TIC já existentes voltados a mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, no campo da tecnologia e seu desenvolvimento;
9. Formar educadores para aplicar capacitação voltada às TIC e aos desafios relacionados às desigualdades de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, criadas no campo da tecnologia e Internet;

10. Criar grupos de pesquisa e extensão de mulheres, pessoas transgênero e PcDs nas TIC, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
11. Capacitar e estimular a formação de lideranças femininas na Internet, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades.

Ações para o CGI.Br

12. Criar cursos de alfabetização digital voltados para mulheres, pessoas transgênero e PCDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, priorizando subgrupos mais vulnerabilizados;
13. Oferecer cursos e formação sobre governança da Internet para o público adolescente do Ensino Médio, com recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais parcelas da população que sofrem vulnerabilidades.

DESAFIO **5**

Criar um ambiente de trabalho favorável para mulheres nas empresas de Internet e tecnologia, considerando as perspectivas interseccionais

Já foram apontadas nos desafios anteriores as grandes desigualdades de gênero que atingem a população economicamente ativa no setor de TIC, sobretudo com relação a diferenças salariais, assédio e preconceitos que sofrem as mulheres em suas vidas acadêmica e profissional na área de tecnologia. Uma pesquisa realizada pelo *Center for Talent Innovation* indica que a maior parte de mulheres altamente qualificadas no mercado de ciência e tecnologia acaba saindo de seus postos em função de “ambientes de trabalho hostis, isolamento, pressões extremas de trabalho e falta de clareza sobre planos de carreira”³⁸.

38 https://coqual.org/wp-content/uploads/2020/09/23_athenafactor2point0_keyfindings-1.pdf

No Brasil, o mercado de TI tem apenas 20% de mulheres em sua força de trabalho³⁹. Essa desigualdade não indica necessariamente falta de interesse ou habilidade, mas estereótipos de gênero que precisam ser combatidos, assim como os já mencionados assédios e violações que as mulheres sofrem ao ingressar nesse campo. Um levantamento global realizado pela KPMG e Harvey Nash⁴⁰ mostra também o baixo índice de lideranças femininas no setor de TI. Na América Latina, as mulheres representam 16% dos cargos de liderança na área, sendo que o Brasil ocupa a última posição nesse critério. Os índices globais são ainda menores: apenas 11% das mulheres ocupam cargos em Conselhos ou Diretorias de empresas de TI.

Considerando os demais setores, no Brasil, a presença de mulheres ocupando cargos de chefia e tomada de decisão também é menor, alcançando 37,4%, mesmo sendo esta a parcela da população com maior escolaridade (19,4% de mulheres com ensino superior completo em comparação para 15,1% dos homens). Esta escassez de lideranças femininas “é um sintoma de problemas mais amplos, que englobam processos de seleção, promoção e direcionamento”⁴¹.

Em um cenário em que o desenvolvimento das novas tecnologias baseadas em inteligência artificial irá ditar muitas das perspectivas de mundo das futuras gerações, o estudo ainda questiona: “Se as pessoas que ‘ensinam’ as máquinas não se desprendem desses preconceitos, como poderão ensinar às máquinas?”.

As empresas são as principais responsáveis pela falta de diversidade nos ambientes de trabalho. Segundo levantamento *Women in Tech*⁴², faltam não apenas oportunidades dentro das empresas, mas políticas capazes de dirimir a discriminação que elas sofrem e de promover um incentivo real à equidade, compreendendo as necessidades e as especificidades das mulheres que precisam adotar duplas jornadas de trabalho ao lidar com todo o cuidado da família e da casa.

A desigualdade de gênero e falta de diversidade nas empresas podem, porém, ter consequências para uma questão cara ao setor de tecnologia: a inovação.

39 <https://itforum.com.br/noticias/mulheres-tem-so-20-dos-empregos-na-ti-por-que-e-como-mudar/>

40 CIO Survey 2020. Disponível em <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2020/10/harvey-nash-kpmg-cio-survey-2020.pdf>

41 <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2021/04/CIO-Survey-2020.pdf>

42 https://www.michaelpage.com.br/sites/michaelpage.com.br/files/2021-04/_Women_in_Tech_2021.pdf

Seja no setor público ou privado, inovar é uma demanda urgente e está diretamente relacionada com a capacidade das organizações em se adaptar ao novo cenário tecnológico e suas consequentes transformações no mercado de trabalho, e a pluralidade de pessoas e visões dentro dos ambientes de trabalho reflete essa capacidade.

Muitos estudos já apontam para uma relação entre mulheres na liderança e o aumento do desempenho empresarial, tanto econômico como em índices de diversidade e responsabilidade social⁴³. A liderança feminina demonstrou um forte vínculo com melhores resultados empresariais a longo prazo, e também se relaciona ao compromisso de se estabelecer uma governança ambiental, social e corporativa (ESG) nas organizações. A diversidade nas equipes é responsável pela construção de uma cultura interna nas empresas que as torna mais competitivas, criativas e inovadoras.

Vale lembrar aqui o cenário de escassez de mão de obra qualificada em que se encontra o setor de tecnologia no Brasil, e os riscos que este problema representa para o desenvolvimento econômico e social do país. De acordo com levantamento da Brasscom, “se esse cenário não mudar, o Brasil terá um déficit de 270 mil profissionais de TI e uma perda de receita estimada de R\$ 167 bilhões até 2024”⁴⁴.

É necessário, portanto, mais do que capacitar meninas e mulheres em TIC para sua entrada no mercado de trabalho. Este desafio está relacionado à permanência dessas pessoas na economia e os efeitos positivos que isso pode trazer – para as mulheres e para o país. Preparar um ambiente de trabalho livre de assédio moral e sexual nas empresas de tecnologia para que mulheres se sintam estimuladas a construir uma carreira na área é preponderante, mas há que se pensar na diversidade como um todo, olhando, por exemplo, para as

43 Alguns levantamentos sobre o tema podem ser encontrados, entre outros, nos seguintes links: <https://www.forbes.com/sites/forbesinsights/2020/01/15/diversity-confirmed-to-boost-innovation-and-financial-results/?sh=leb600bec4a6>; https://wpassets.ncwit.org/wp-content/uploads/2021/05/13195341/impactgenderdiversitytechbusinessperformance_print.pdf <https://exame.com/esg/diversidade-impacto-positivo-negocios/>; <https://jornal.usp.br/atualidades/inclusao-de-mulheres-em-cargos-de-lideranca-aumentam-desempenho-de-empresas/> e <https://www.mckinsey.com/capabilities/people-and-organizational-performance/our-insights/delivering-through-diversity/pt-BR>

44 <https://brasscom.org.br/estudo-revela-que-falta-mao-de-obra-qualificada-no-setor-de-tecnologia/>

mulheres transgênero que, como já foi visto, possuem baixo acesso à educação universitária, o que reflete, diretamente, nas oportunidades no mercado. Pessoas com deficiência também sofrem com problemas de discriminação e preconceito no ambiente de trabalho e correspondem a apenas 1% das ocupações no mercado nacional⁴⁵.

Desta maneira, são apontadas as seguintes possibilidades para enfrentar o desafio de criar um ambiente de trabalho favorável para mulheres nas empresas de Internet e tecnologia:

Linhas de ação e propostas:

Políticas públicas

1. Criar ambiente normativo-institucional mais inclusivo, respeitando necessidades das mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerados os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, a partir de medidas que permitam a sua inserção no mercado sem prejuízos e que considerem:
 - a) o trabalho de cuidado, permitindo flexibilização de horários e modelos de trabalho (teletrabalho);
 - b) licença parentalidade;
 - c) acesso a creches;
 - d) a construção da política por meio de debates multissetoriais.
2. Capacitar gestores e tomadores de decisão em equidade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, voltando-se especialmente para líderes;

Responsabilidade social

3. Promover políticas de prevenção e combate ao assédio moral e sexual nos ambientes de trabalho, aumentando esferas de denúncias em organizações públicas e privadas;
4. Divulgar oportunidades no setor de TIC para mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, dando foco a parcelas da população mais vulnerabilizadas;

45 [https://assets-global.website-files.com/5e665d441fbc681e68fe21f6/615def39d-c94e959119ec935_Relatorio_PCD_v3\(1\).pdf](https://assets-global.website-files.com/5e665d441fbc681e68fe21f6/615def39d-c94e959119ec935_Relatorio_PCD_v3(1).pdf)

5. Estimular a criação de critérios de pontuação para a seleção de mulheres, pessoas transgênero e PcDs no processo de contratação que valorizem as suas diversidades, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidade;
6. Promover ações afirmativas de permanência e liderança de mulheres, pessoas transgênero e PcDs na área de TIC em empresas, organizações públicas e privadas, atentando-se aos recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
7. Formar equipes que contemplem diversidade na área de TIC, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
8. Treinar lideranças no âmbito da ESG para criar mecanismos de enfrentamento à violência, buscando a construção de ambientes saudáveis e inclusivos para mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando também o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
9. Criar grupos de apoio e acolhimento para mulheres e pessoas transgênero que atuem no setor de TIC e ambientes majoritariamente masculinos, considerando também as particularidades dadas pelo recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Financiamento, investimento e incentivos fiscais

10. Propor investimentos e recursos para políticas públicas e internas às empresas e organizações que promovam equidade;
11. Criar incentivos fiscais para empresas e organizações que promovam a diversidade e a inclusão, estimulem a contratação de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades.

Empoderamento econômico das mulheres no ambiente de tecnologia, considerando as perspectivas interseccionais

Como se viu nos desafios anteriores, a inserção de mulheres no mercado de trabalho de TI é um problema premente na sociedade. Além de variados tipos de discriminações sociais e salariais que as desestimulam de permanecer nestes ambientes, há, ainda, questões relacionadas a assédios. Estes são problemas graves que incorrem de forma geral na sociedade e demandam urgência em ações capazes de promover uma plena inclusão e participação das mulheres na economia.

Este é um desafio que se soma àqueles relacionados à capacitação, entrada, participação, e construção de ambientes de trabalho favoráveis, no sentido de trazer uma abordagem holística às ações que visam à apropriação das mulheres do setor de TIC.

Perpassa sobre este cenário a questão sobre o empoderamento econômico, de forma a permitir, também, a autonomia das mulheres e uma maior oportunidade de empreenderem nos diferentes mercados relacionados às novas tecnologias.

O empreendedorismo é uma das opções que mulheres encontram para superar tais desafios. No entanto, apesar de aliado, o processo de empreender também apresenta desigualdades e obstáculos maiores às mulheres do que aos homens que se aventuram neste mercado.

O número de mulheres à frente de novos negócios no Brasil tem crescido ano a ano⁴⁶. Dados de 2021 do IBGE, provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), mostram mais de 9 milhões de mulheres à frente de negócios no Brasil⁴⁷. Esses dados colocam o país em 7º lugar no ranking de empreendedorismo feminino mundial, de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor.

46 <https://noticias.r7.com/economia/numero-de-empresas-abertas-por-mulheres-cresce-7-em-2019-28012020>

47 <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino/artigoempreendedorismofeminino/empreendedorismo-feminino-qual-a-sua-importancia-para-a-sociedade,5cef0ab8f5ad7710VgnVCM100000d701210aRCRD>

Segundo o levantamento feito em 2021 pelo Female Founders Report⁴⁸, quando se trata de empresas do ramo mais tradicional, 46,2% são fundadas por mulheres, o que mostra o potencial e a propensão das mulheres para o empreendedorismo.

Porém, quando se trata do ecossistema de inovação, menos de 10% das empresas são fundadas por mulheres e apenas 4,7% são fundadas só por mulheres, sem outros sócios homens. Estes dados, além de ilustrarem uma concepção socialmente construída de que o perfil destemido e agressivo da inovação está ligado ao masculino, também revelam um obstáculo que atinge principalmente as mulheres: o acesso a capital.

No ecossistema de inovação de startups, o sucesso dessas pequenas empresas é muito dependente da captação de investimentos e do financiamento por parte de outras empresas, o que é ainda extremamente desigual entre homens e mulheres. Dados de 2020 do Female Founders Report⁴⁹ mostram que, além do baixíssimo percentual de startups fundadas exclusivamente por mulheres, só 0,04% do total aportado de investimentos foi direcionado a elas. Como demonstra um estudo realizado pela Techcrunch, especializada em inovação e startups, este problema se inicia no processo de seleção das startups passíveis de receberem investimentos, em que há um viés de gênero nas perguntas direcionadas a mulheres e homens à frente das startups⁵⁰. A falta de mulheres no próprio mercado de investimentos também alimenta um círculo vicioso destes problemas.

No Brasil, estudo realizado pela Distrito⁵¹ mostra o mesmo cenário. Entre empresas que atuam neste tipo de investimento de risco, apenas 7% têm mulheres em cargo de liderança e só 3% possuem mulheres como fundadoras. Na América Latina, aproximadamente 8% dos cargos seniores de fundos de *private equity* e *venture capital* são ocupados por mulheres.

Para empoderar economicamente as mulheres no ambiente tecnológico, são propostas as seguintes ações:

48 https://f.hubspotusercontent30.net/hubfs/7735036/female_report_v9.pdf
49 Disponível em <https://materiais.distrito.me/report/female-founders-report>
50 <https://hbr.org/2017/06/male-and-female-entrepreneurs-get-asked-different-questions-by-vcs-and-it-affects-how-much-funding-they-get>
51 https://f.hubspotusercontent30.net/hubfs/7735036/female_report_v9.pdf

Linhas de ação e propostas:

Educação e capacitação

1. Fortalecer pequenos grupos formados por mulheres, pessoas transgênero e PcDs, com os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, em capacidades técnicas e captação de recursos;

Responsabilidade social

2. Estimular vagas afirmativas em lideranças técnicas que promovam inserção de mulheres, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
3. Impulsionar a visibilidade de negócios e iniciativas lideradas por mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, no ambiente de tecnologia;

Financiamento, investimento e incentivos fiscais

4. Melhorar acesso a crédito a mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, para projetos ligados às TIC;
5. Promover a criação de fundos para empresas, para promoção de diversidade em gênero, considerando o recorte de raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, a partir de contrapartidas em taxaço de impostos.
6. Apoiar negócios, em especial pequenas e médias iniciativas, lideradas por mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, a partir de programas de aceleração, incubação e investimento, entre outras iniciativas de apoio.

DESAFIO 7

Enfrentar a violência de gênero, raça, etnia e demais interseccionalidades em suas diferentes formas de opressão nas plataformas de redes sociais, e na Internet em geral

A violência de gênero, raça, classe e contra outras parcelas da população que sofrem vulnerabilidades é uma realidade estrutural no Brasil e deve ser combatida. Dados do IPEA de 2013 sobre a tolerância social da violência contra mulheres, entre outras questões, demonstravam a omissão da sociedade com relação às questões de violência, eles apontavam que 57,5% da população concordavam com a afirmação “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”⁵².

Ainda que dez anos tenham se passado, um recente levantamento do IPEA reforça um cenário de violência e omissão, com o país alcançando cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, o que significa dois a cada minuto⁵³. As mulheres negras estão na base dessa violência e são a parcela da população que mais sofre outros tipos de agressões, como o feminicídio, a violência racial e obstétrica⁵⁴.

Esta violência direcionada a alguns grupos específicos não é exclusividade de mulheres. A população indígena e LGBTQIAPN+ também é vítima de preconceitos que se materializam em violências dos mais diversos tipos⁵⁵. Para ter uma dimensão da situação, o Brasil é considerado um dos países que mais matam pessoas LGBTQIAPN+⁵⁶.

Estes dados alarmantes trazem ao debate a importância da Internet, tendo em vista o potencial desta ferramenta para aprofundar ou mitigar este cenário,

52 <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/tolerancia-social-a-violencia-contra-as-mulheres>

53 <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto>

54 <http://www.mulheres.ba.gov.br/2021/09/3327/Atlas-da-Violencia-2021-66-das-mulheres-assassinadas-no-Brasil-sao-negras.html>

55 <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia-2021completo.pdf>

56 <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

a depender da forma como for utilizada. De acordo com indicadores da organização Safernet, as mulheres são as principais vítimas de violência on-line, vítimas de práticas que vão da exposição de imagens íntimas e ofensas até o aliciamento sexual infantil, entre outras⁵⁷. Um estudo internacional conduzido pela Plan International⁵⁸ mostra que estes problemas começam cedo. No Brasil, 77% das meninas entre 15 e 25 anos relatam já ter sofrido algum tipo de assédio online.

A pesquisa TIC Kids online Brasil, conduzida pelo Cetic em 2019, corrobora este cenário ao mostrar que as meninas estão mais expostas a conteúdos ofensivos e discriminatórios, e se debruça sobre os riscos existentes na Internet para crianças e jovens de 9 a 17 anos. Entre as meninas, 48% já presenciaram algum tipo de discriminação na internet e 31% já passaram por situação ofensiva⁵⁹.

Tais experiências costumam reverberar na forma como essas pessoas passam a usar a Internet, desestimulando a presença on-line e silenciando suas vozes. Em última instância, perpetuam comportamentos sociais marcados pela discriminação de gênero e assédio contra as mulheres, que são continuamente excluídas dos espaços públicos e têm sua autonomia para o exercício de suas capacidades e competências afetada.

Prova disso é o acompanhamento que o MonitorA⁶⁰ fez durante as eleições de 2020, expondo que as candidatas mulheres e LGBTQIAPN+ receberam em média 40 tuítes ofensivos por dia, principalmente ameaças, discursos de incitação à violência e ao ódio, indignidade intelectual, críticas ao corpo, idade e pertencimento étnico-racial. Enquanto candidatos homens que receberam ataques, sofreram apenas críticas de natureza política, voltados para suas propostas e ações como políticos.

Para enfrentar a violência no ambiente on-line, são apontadas as seguintes medidas:

-
- 57 <https://indicadores.safernet.org.br/helpline/helplineviz/helpchart-page.html>
58 <https://plan.org.br/noticias/estudo-global-da-plan-aponta-que-58-das-meninas-ja-sofreram-assedio-on-line-no-brasil-numero-chega-a-77/>
59 https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093441/resumo_executivo_tic_kids_online_2019.pdf
60 https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/03/5P_Relatorio_MonitorA-ENG.pdf

Linhas de ação e propostas:

Educação e capacitação

1. Promover campanhas educativas nacionais e programas de capacitação sobre violência on-line, voltadas para o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
2. Promover políticas que reconheçam e conscientizem acerca da misoginia e das masculinidades violentas e sua reprodução na Internet;
3. Apoiar a formação e o acesso a conteúdos voltado ao ensino sobre Internet, plataformas de comunicação e violências no ambiente on-line, com foco para a inclusão e a promoção da diversidade a serem aplicados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Apoio e acolhimento

4. Mapear, disseminar e fortalecer redes de apoio para grupos que são mais alvos de violência na Internet, como mulheres, pessoas transgênero e PcDs, com recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, voltadas, sobretudo, às parcelas da população mais vulneráveis;
5. Sensibilizar e capacitar as delegacias de crimes cibernéticos para identificação, registro e ação de combate à violência online de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades.

Regulação e responsabilidade social

6. Apoiar a criação de protocolos antidiscriminatórios - que sejam replicáveis-, contra racismo, sexismo, capacitismo, entre outras linguagens que promovem exclusão e discurso de ódio;
7. Ampliar mecanismos de regulação e fiscalização contra crimes de ódio e vieses algorítmicos e de inteligência artificial que resultem em discriminação contra mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se para recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades ;
8. Criar políticas de enfrentamento às violências nas TIC e Internet - em âmbito público e privado -, direcionadas para mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se aos recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades e ações que garantam sua eficácia;
9. Dar agilidade e transparência aos processos de remoção de conteúdos

violadores de direitos de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, realizados pelas empresas de tecnologia;

10. Criar mecanismos de revisão humana para determinadas categorias de conteúdos de violência direcionados a mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Políticas públicas

11. Desburocratizar os processos de investigação e dar agilidade à punição de casos de violência e crime cibernético e contra mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando recortes de raça, etnia e demais interseccionalidades, garantindo a responsabilização dos envolvidos;
12. Criar uma central única e integrada para denúncias de crimes cibernéticos relativos a mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando recortes de raça, etnia e demais interseccionalidades;
13. Fiscalizar o cumprimento da lei de violência política no que tange às violências de gênero e seus recortes de raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, produzidas e reproduzidas no ambiente online;

Ações para o CGI.Br

14. Criar cartilhas de boas práticas sobre inclusão e diversidade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades na área das TIC direcionadas para o setor governamental, organizações sociais, empresas (incluindo grandes plataformas digitais) e academia;
15. Propor diretrizes sobre como tratar violência de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades voltadas para o apoio às delegacias de crimes cibernéticos;
16. Estimular a construção de políticas de enfrentamento de violência de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades que ocorrem na Internet e plataformas online.

Garantir o acesso à informação e o exercício da liberdade de expressão de mulheres na Internet atentando-se às suas interseccionalidades

Como se viu em desafios anteriores (vide desafios 2 e 3), o uso da Internet é diferente entre homens e mulheres, não apenas com relação às atividades que realizam e recursos que utilizam, mas, sobretudo, acerca dos riscos aos quais estão expostos que variam de acordo com o gênero e outras características pessoais como raça, etnia, classe, orientação sexual, idade, entre outras variáveis que afetam diretamente a liberdade de grupos específicos. Ao mesmo tempo em que a Internet pode contribuir para ampliar vozes e debates antes negligenciados em torno de grupos minorizados, contribuindo com a conscientização de gênero, raça, classe, etnia, idade entre outros, também se abre um novo espaço de violência que coloca em risco a atuação e a integridade de pessoas ao serem cerceadas de seus direitos no uso da Internet.

A Internet enquanto infraestrutura configurou-se como um sistema de redes descentralizadas e seu desenvolvimento se deu envolto em valores que sustentavam a possibilidade de democratização da informação, dessa forma, contribuindo para que mais pessoas se tornassem produtoras e não apenas meras consumidoras de conteúdo. Acontece que produzir ou publicar conteúdo na Internet, hoje, não significa que ele esteja sendo consumido. Pelo contrário, a web foi se desenvolvendo permitindo que mecanismos empregados por empresas digitais chamassem a atenção para conteúdos específicos, seguindo critérios baseados na governança privada de determinada empresa, e alterando, assim, o livre fluxo da informação publicada em suas plataformas. Este cenário explica parte dos desafios em torno do fenômeno da desinformação que impõem, também, uma relação com desigualdades de gênero, raça, classe, etnia, idade entre outros grupos sociais vulnerabilizados que se tornam vítimas de assédio e de violências no ambiente on-line.

Um estudo recente realizado pela Gênero e Número em parceria com Repórteres sem Fronteiras⁶¹ busca mostrar como a desinformação e a violência

61 https://desinformacao.generonumero.media/wp-content/uploads/2022/04/PesquisaDesinformacaoGN_RSf_relatorio-final.pdf

de gênero estão imbricadas e expõe que 41,9% de mulheres jornalistas e comunicadoras, tanto cisgênero como transgênero, heterossexuais, lésbicas, bissexuais, dentre outras performances já sofreram violência on-line pela sua profissão. Este tipo de ataque está ligado a um problema maior que é a desinformação de gênero, a qual “tem como objetivo desacreditizar e silenciar mulheres para minar sua participação na vida pública”⁶², cuja responsabilidade sobre essa forma de violência pertence às grandes plataformas e aos seus modelos de negócio.

Soma-se a essa lógica a prática de operadoras que oferecem acesso à Internet a partir de pacotes de dados que limitam a experiência de navegação on-line, permitindo a utilização de apenas alguns aplicativos. Geralmente, estão mais expostas a essa prática pessoas das classes CDE, o que, no Brasil, significa dizer pessoas pretas e pardas. Uma vez que o celular representa o maior meio de acesso à Internet para essas pessoas, segundo dados da pesquisa TIC Domicílios de 2022, estão elas mais expostas às práticas de mercado que restringem não apenas liberdades de escolhas dos usuários, mas de se aproveitar do acesso a uma rede mundial de troca de informação e conhecimento e da própria possibilidade de se beneficiar de uma série de serviços oferecidos. Essas questões se tornam um círculo vicioso no que diz respeito ao aprofundamento das desigualdades, sem ações afirmativas que busquem ampliar o acesso igualitário à informação e, principalmente, mecanismos que garantam a liberdade de expressão das mais diversas vozes, sem que o alcance delas seja reduzido por práticas empresariais de qualquer espécie.

A reprodução de desigualdades não está ligada apenas à questão da forma que se utiliza a tecnologia. Assim como se vê em outros desafios, é fundamental considerar quem participa do desenvolvimento tecnológico ao pensar os impactos de práticas empresariais no ambiente on-line, sobretudo quando esse ambiente é ocupado por plataformas digitais, as quais adotam políticas de moderação do conteúdo que é publicado seguindo regras próprias para a convivência em seus canais. Essa moderação acontece a partir do desenvolvimento de inteligência artificial capaz de definir se determinado conteúdo está de acordo ou não com as normas da plataforma. Ainda que sejam importantes as medidas que impeçam a disseminação de conteúdo ofensivo, violento e até

62 <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/03/09/plataformas-lucram-com-desinformacao-de-genero-diz-pesquisadora-americana>

ilegal como a pornografia, é preciso atentar-se para as distorções que a moderação de conteúdo pautada em IA pode acarretar.

Em 2015, o caso emblemático no Brasil de uma foto de um casal indígena bloqueada na página do Ministério da Cultura no Facebook⁶³ demonstra a sensibilidade da aplicação de sistemas inteligentes e o tipo de problemática que pode surgir em torno da automação de atividades no ambiente digital.

Uma experiência conduzida pelo jornal britânico The Guardian⁶⁴ expôs como a inteligência artificial apresentou vieses de gênero ao classificar imagens de homens e mulheres nas redes sociais e seus reflexos na forma como a plataforma a repercute. Num dos casos, uma imagem que ilustrava como fazer exame de mama foi considerada nudez explícita e inadequada por plataformas como Amazon e Google, refletindo no alcance que aquela informação teria nessas redes.

A partir do momento em que a Internet se torna um importante meio de comunicação e ferramenta de acesso a serviços básicos como saúde, além de um canal em que as pessoas utilizam para desempenhar suas atividades de trabalho e meio de sustento, esse desafio diz respeito à garantia que todas as pessoas devem ter de se beneficiar do alcance e potencial de interagir em uma rede global descentralizada, para além do entendimento de que o ambiente on-line deve ser usado e desenvolvido, garantindo-se o direito fundamental da liberdade que cada pessoa tem de se expressar independente de seu gênero, raça, classe ou quaisquer que sejam as características que a definam como ser humano.

Linhas de ação e propostas:

Responsabilidade social

1. Promover e divulgar cartilhas de iniciativas e boas práticas digitais que estimulem a participação de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, nas mídias digitais online;
2. Estimular que plataformas adotem políticas de moderação de conteúdo que atentem de forma mais direta para a diversidade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

63 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-04/ministerio-da-cultura-aciona-facebook-por-censurar-foto-de-casal-indigena>

64 Disponível em <https://www.theguardian.com/technology/2023/feb/08/biased-ai-algorithms-racy-women-bodies>

3. Garantir a segurança de mulheres, pessoas transgênero e PcDs que participam do ambiente on-line.
4. Criar comitês de avaliação por humanos para moderação de conteúdo de grandes plataformas, com foco na garantia da liberdade de expressão de mulheres e pessoas transgênero e PcDs, considerando recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, incluindo a criação de canais para denúncias e reclamações;

Educação e capacitação

5. Promover oficinas sobre segurança online e segurança da informação voltadas, especificamente, para mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Comunicação, conscientização e transparência

6. Estimular que mulheres, pessoas transgênero e PCD, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, afetadas pela moderação de conteúdos utilizem mecanismos de denúncia que desestimulem este tipo de ação por meio de empresas de mídias digitais.

DESAFIO **9**

Garantir diversidade de gênero, raça, etnia e suas interseccionalidades nos espaços de Governança da Internet

A Governança da Internet tem no multissetorialismo uma de suas bases, o que significa que a participação de todos os setores – Poder público, setor privado, terceiro setor e comunidade científica e tecnológica – cria condição para o debate e para os processos de tomadas de decisão no que concerne aos temas que definem o uso e desenvolvimento da Internet⁶⁵ ao redor do mundo. No Brasil, o multissetorialismo foi assumido como um princípio na própria

65 https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf

criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que se tornou referência internacional ao adotar um modelo de governança que buscasse garantir a transparência e participação de todos os setores da sociedade nos debates e processos de governança nacional, de forma aberta, plural e democrática.

Entretanto, tanto aqui como no contexto internacional, nem sempre o multissetorialismo se traduz na diversidade de atores presentes e representados nos espaços de debate e tomadas de decisão que envolvem o ecossistema da Governança da Internet, que são muitos. Eles vão de fóruns e iniciativas globais como o Internet Governance Forum (IGF), a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), o Internet Engineering Task Force (IETF) e a Internet Society (ISOC), até atores locais responsáveis pela governança e desenvolvimento da Internet em seus respectivos países. Uma série de eventos também compõe os espaços de debate e decisões sobre os rumos da Internet.

O IGF, por exemplo, evento apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece anualmente em diferentes países do mundo, tem um histórico de sub-representatividade de mulheres, negras e negros e outras parcelas da população minorizadas e do Sul Global. Em 2019, o relatório Gender Report Card, iniciativa da APC com outras organizações da sociedade civil, apontou uma disparidade entre a participação masculina e feminina no Fórum: enquanto 39% do público on-line e no local era de mulheres, 61% era de homens⁶⁶. Ao longo dos anos, a iniciativa tem direcionado para uma desigualdade na participação de mulheres e homens nas sessões especiais e painéis do IGF, um dos maiores espaços de discussão sobre os desafios e políticas em torno da Internet e sua evolução.

Essa sub-representatividade, entretanto, é um reflexo da própria realidade das organizações envolvidas no ecossistema de Governança da Internet que teriam a oportunidade de participarem de eventos como este. O problema, portanto, começa com a exclusão de parcelas da população entre os atores que fazem parte deste sistema.

Relatório da ICANN mostrou que, embora 66% das pessoas que integram sua comunidade concordem que “todos os gêneros são tratados de forma justa e igual”, apenas 26% das mulheres acreditam plenamente nessa afirmação, enquanto entre os homens serão 74%. Ainda, 66% das mulheres percebem a dominância de uma cultura masculina na comunidade⁶⁷.

66 https://www.intgovforum.org/en/filedepot_download/4486/2533

67 <https://www.icann.org/en/system/files/files/gender-survey-complete-11oct17-en.pdf>

Essa divisão de gênero se repete em inúmeras instâncias da Governança da Internet. No próprio CGI.br, dos 227 conselheiros e conselheiras que já passaram pelo Comitê Gestor, somente 27 eram mulheres e apenas 14 foram titulares. Isso representa apenas 11,9% de todos/as conselheiros/as titulares.

Muito desse cenário se dá, pela falta de iniciativas que promovam e incentivem a participação feminina nestes espaços, reconhecendo aspectos específicos que devem existir para viabilizar tal participação. Não raro também são reportados comportamentos hostis contra mulheres no ambiente da governança da Internet. Somente mais recentemente, alguns eventos internacionais passaram a ter políticas institucionais contra discriminações.

Neste sentido, é importante o apoio constante de organizações e atores do ecossistema, possibilitando que ações efetivas permitam uma participação mais igualitária nesses espaços, que também envolvem consultas e audiências públicas, representação em conselhos públicos ou privados relacionados às tecnologias etc.

Algumas propostas apontadas para enfrentar o desafio de garantir diversidade de gênero e raça nos espaços de governança da Internet, são:

Linhas de ação e propostas:

Educação e capacitação

1. Proporcionar educação e formação de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, que estejam ou pretendam estar nos espaços de Governança da Internet;
2. Promover letramento de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades para atores da Governança da Internet a fim de sensibilizar e conscientizar as pessoas que atuam nestes espaços;
3. Criar guias e manuais para a realização e condução de eventos, oficinas, reuniões entre outras iniciativas que ocorrem no ecossistema de Governança da Internet, para que se tornem mais inclusivos;

Políticas públicas e responsabilidade social

4. Estimular políticas que garantam entrada e permanência de pessoas em organizações, fóruns e outras instâncias do ecossistema da Governança da Internet, atentando-se para os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

5. Promover ações afirmativas e cotas de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, para a presença e participação mais equânime nos espaços de tomada de decisão concernentes à Governança da Internet;
6. Criar comissões de ética e protocolos a serem adotados nos fóruns, organizações e outros espaços do ecossistema da Governança da Internet, que visem ampliar a participação de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;

Financiamento, investimento e incentivos fiscais

7. Priorizar projetos e pesquisas sobre Governança da Internet que tratem da diversidade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
8. Criar sistemas de remuneração para participação nos espaços de Governança da Internet, de mulheres, pessoas transgênero e PcDs e os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, como forma de empoderamento e incentivo;
9. Estimular financiamento a iniciativas relacionadas ao ecossistema da Governança da Internet, a partir de critério de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
10. Criar políticas de incentivo fiscal para empresas, públicas e privadas, que garantam a paridade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades.

Ações para o CGI.Br

11. Abrir espaços de escuta e participação de especialistas mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, em eventos, reuniões e outros espaços do CGI.br;
12. Garantir a pluralidade e paridade de gênero na participação em eventos, fóruns, editais e outras iniciativas abertas ao público, relacionados à Governança de Internet;
13. Incentivar a criação de indicadores sobre o impacto de diversidade de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades, nos espaços de Governança de Internet, sobretudo aqueles promovidos pelo CGI.br;
14. Incentivar pesquisas e iniciativas no campo da Governança da Internet,

- a partir de editais e bolsas que considerem o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
15. Estimular a construção de redes e eventos na área da Internet e tecnologia, formados por mulheres, pessoas transgênero e PcDs, atentando-se aos recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 16. Propor prêmio e publicações no âmbito nacional para o reconhecimento de mulheres, pessoas transgênero e PcDs que atuem e se destaquem no ecossistema da Governança da Internet, atentando-se aos recortes de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
 17. Incentivar e promover formação de lideranças mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando os recortes gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades.

DESAFIO
10

Apoiar e fomentar iniciativas da sociedade civil que promovam a diversidade dentro do ecossistema da Internet

O multissetorialismo, abordado no desafio anterior, pode ser entendido como um valor que busca agregar diferentes perspectivas no processo de tomada de decisão em debates e instâncias do ecossistema da Governança da Internet. Como já apontado, apesar da sua relevância para a diversidade de visões e na busca pelo equilíbrio de interesses na história do desenvolvimento da Internet, há limitações importantes sobre a representatividade dos atores envolvidos e, sobretudo, com relação à diversidade desses atores para além da questão setorial. Vale ainda apontar as assimetrias que podem surgir pelo fato de que “em algumas partes do mundo, o setor privado e a sociedade civil não têm nível de organização ou de recursos para participar desses debates”⁶⁸ (Patricio, 2017).

68 Disponível em <http://www.cest.poli.usp.br/wp-content/uploads/2018/08/V2N2-A-import%C3%A2ncia-do-multissetorialismo-na-governan%C3%A7a-da-Internet.pdf>

Estes desafios se relacionam à medida que o ecossistema da Internet integra e atua nos espaços de Governança da Internet. A Internet Society apresentou na ocasião da NETmundial, em 2014, um trabalho⁶⁹ em que apresentava o grande panorama de atores e searas envolvidos no ecossistema da Internet que assumem responsabilidades nos mais variados campos para o funcionamento da Internet, desde sua camada física até a de aplicações. São empresas, organizações públicas, do terceiro setor e instituições de ensino que podem influenciar, desde o desenvolvimento dos protocolos e padrões que permitem a troca de dados e comunicação em rede, inovações e aplicações de Internet, até ações no campo das políticas públicas que regem o desenvolvimento e uso da Internet. Garantir a diversidade dentro destes espaços contribui para a diversidade na Governança da Internet.

Ainda de acordo com este trabalho, a sociedade civil, no ecossistema da Internet, diz respeito talvez ao grupo mais diversificado participando do desenvolvimento tecnológico e envolve as organizações que atendem a interesses dos mais individuais até representações de comunidades de base, mídia, juventude, gênero, povos indígenas, grupos de educação, entre outros. Esta característica particular de atuação da sociedade civil demonstra seu potencial para promoção da diversidade intrínseca na própria natureza desta categoria. Além disso, a grande variedade de temáticas nas quais organizações da sociedade civil estão envolvidas é de fundamental importância para se pensar o desenvolvimento da Internet hoje e seus impactos na sociedade, carregando muitas vezes importantes aspectos de interesse público.

Como se viu em desafios anteriores, o setor de tecnologia é extremamente desigual e a participação de grupos minorizados no desenvolvimento tecnológico é irrisória, com impactos, muitas vezes, prejudiciais à sociedade, realidade esta que preocupa em termos do avanço de tecnologias baseadas em inteligência artificial e que hoje são utilizadas nos mais básicos recursos da Internet. Não apenas pelo potencial de vieses dos algoritmos e consequente reprodução de desigualdades, mas também porque a falta de diversidade no campo pode, em grande medida, demonstrar outros problemas sociais como a falta de acesso à educação e ao trabalho de uma parcela importante da população.

69 <https://www.internetsociety.org/wp-content/uploads/2017/09/ISOC-Internet-Ecosystem.pdf>

Neste sentido, incentivar a participação da sociedade civil não é necessário apenas pela fundamental importância de se promover a diversidade no ecossistema da Internet, mas também pelo papel de agregar diferentes perspectivas dos mais distintos grupos da sociedade, inclusive daqueles marginalizados, que podem e devem participar do desenvolvimento da internet no Brasil.

Linhas de ação e propostas:

Financiamento, investimento e incentivos fiscais

1. Construir legislação de financiamento estabelecendo parâmetros, cotas, fundos, taxação e impostos, entre outros recursos, que incidam no orçamento público para fomento da diversidade nas TIC, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
2. Destinar porcentagem dos recursos provenientes de multas aplicadas às empresas de tecnologia para fundo de pesquisa e projetos sobre diversidade, atentando-se ao recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
3. Criar e fomentar editais, iniciativas, projetos nos âmbitos público e privado, que tenham como requisito para seleção a liderança de mulheres, pessoas transgênero e PcDs, considerando-se o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
4. Criar apoios individuais por meio de auxílios e bolsas para o incentivo à participação de mulheres, pessoas transgênero e PcDs em eventos do ecossistema da Internet, considerando-se o recorte de gênero, raça, classe, etnia, idade e demais interseccionalidades;
5. Analisar e propor melhorias para a efetividade dos fundos e participação das organizações de base comunitária em iniciativas já existentes, como, por exemplo, prestação de contas (Fundos de direitos difusos, fundos do FUST, entre outros).

cgi.br

Comitê Gestor da
Internet no Brasil

